

ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares.

## SUMÁRIO

### Partidos Políticos

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Esclarece o motivo da demora na liberação de R\$ 1 milhão para o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, denunciada pelo deputado Kennedy Nunes.

**DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI** (aparte) - Fala nos benefícios que o sul estará recebendo.

**DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO** - Aborda a difícil situação por que passa a suinocultura catarinense.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Manifesta-se contra a proposta de descriminalização do consumo de drogas.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Opina que a proposta de descriminalização do consumo de drogas está na contramão das necessidades da sociedade brasileira.

**DEPUTADO DADO CHEREM** - Destaca dois projetos de lei de sua autoria sobre a prevenção de queimaduras e assistência a vítimas.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Discorre sobre o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, que se realiza em Florianópolis.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Elogia a atividade vinícola no estado.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** (pela ordem) - Registra a presença de autoridades ligadas à produção de vinho em SC.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Elogia a mostra de vinhos que acontece na Alesc.

**DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI** (pela ordem) - Enaltece a produção de vinho no sul de Santa Catarina.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta apoio à greve dos trabalhadores do transporte público da Grande Florianópolis; debate a terceirização de serviços no Judiciário catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, visitantes que prestigiam o Parlamento na manhã de hoje, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, venho a

esta tribuna para responder ao eminente deputado Kennedy Nunes, que precisa fazer política em Joinville e não aqui.

Havia uma reivindicação sua na secretaria da Saúde em torno de R\$ 1 milhão, que ele havia conseguido com o governador do estado, recurso esse proveniente do Fundo Social. Depois, quando o secretário da Saúde falou com o governador, teve como resposta a informação que infelizmente os recursos do Fundo Social não poderiam sair. O deputado Kennedy Nunes, no entanto, insiste numa coisa que ele já sabe que não pode sair mais do Fundo Social.

Sr. presidente, não podemos criar problemas para o governo, mas o deputado Kennedy Nunes disse que eu viria explicar a questão do R\$ 1 milhão, porque ontem defendi o secretário Dalmo Claro de Oliveira, que está fazendo um trabalho extraordinário no estado de Santa Catarina. Logo o secretário Dalmo, que cumpre tão bem sua função como secretário em Santa Catarina, na terra dele, Joinville, iria deixar de investir? Eu acho que não!

A verdade é que o eminente deputado Kennedy Nunes aproveita para fazer um pouquinho de campanha política contra o secretário Dalmo. Acho que isso não é importante. O importante é que falei com o secretário que disse que era para o deputado Kennedy Nunes mandar por escrito o que quer, que ele encaminhará o valor solicitado com recursos da secretaria da Saúde, porque ele havia solicitado recurso do Fundo Social e governador determinou que do fundo não vai sair.

Então, é preciso que todos saibam que temos um secretário que tem responsabilidade, que tem compromisso e que respeita o governador e que tudo que sai é com autorização dele. E mesmo o governador tendo autorizado, viu depois que o recurso já não poderia sair mais do Fundo Social. De qualquer forma, o hospital vai receber os recursos necessários.

Então, o deputado Kennedy Nunes tem que colocar claramente qual a sua prioridade, que a secretaria de estado da Saúde repassará na mesma

hora. Não precisava vir aqui cobrar na tribuna, poderia ter feito uma ligação ao secretário Dalmo.

O secretário da Saúde vem cumprindo religiosamente todos os compromissos do governo, por isso jamais deixaria de repassar esse dinheiro para o hospital de Joinville.

Então, precisamos dizer que o deputado Kennedy Nunes está aproveitando o embalo para fazer um pouquinho de política em Joinville, já que ele é candidato a prefeito. Mas tem que fazer política lá em Joinville e não comprometer o próprio governo, porque acaba criando problema e isso não é bom nem para o governo nem para Santa Catarina.

Acho que o eminente deputado, que parece não ter ido para o exterior, tem que fazer campanha em Joinville e não desta tribuna, que não é o lugar ideal para fazer campanha política. Aqui temos que defender o governo nas horas certas, lutar para que Santa Catarina receba as boas ações do governo.

Gostaria que o deputado Dóia Guglielmi, que já foi convidado, amanhã estivesse lá no meu município, no vale do Araranguá, para entregarmos a ordem de serviço para a recuperação daquela estrada que liga a BR-101 a Passo de Torres.

É assim que se luta: um grupo de amigos que juntamente com o governo luta em todos os momentos. Eu tenho convicção de que amanhã vamos inaugurar parte de uma obra, a última ação do então governador Luiz Henrique. Ele prometeu uma obra para Pinheiral, mas segundo o deputado Joares Ponticelli como ele não cumpriu, ele recorreu à Justiça. Luiz Henrique assinou o convênio, o governador Raimundo Colombo cumpriu religiosamente e amanhã a obra será inaugurada a primeira etapa.

Há um vereador naquela região que me defende e mantém-me informado e evidentemente amanhã estarei lá. O deputado Dóia Guglielmi também vai porque lutamos para que a obra acontecesse.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra ouço v.exa., que tem sido um parlamentar aguerrido em defesa do sul do estado.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Cumprimento o eminente deputado, agradeço o aparte e quero dizer-lhe que é muita bondade sua referir-se dessa forma à minha pessoa.

Mas fomos convidados também, deputado, para estarmos amanhã no vale do Araranguá. Eu o respeito muito por estar no seu sexto mandato até porque já fez porteira, há muito tempo, naquela região. Então, é muito difícil realmente entrar naquela região do vale.

Estarei acompanhando v.exa. até porque foi uma solicitação nossa a recuperação da rodovia que liga a BR-101 a Passo de Torres. Da mesma forma, vamos estar amanhã, às 11h30, em Criciúma, onde será apresentada à sociedade a publicação do edital da grande e sonhada via rápida que liga Criciúma à BR-101, passando por Içara. Trata-se de uma obra no valor de R\$ 110 milhões e que significa muito para a mobilidade urbana daquela cidade.

Não é diferente em Braço do Norte, com referência à rodovia que se estende do centro até Pinheiral e sobre a qual há um fato interessante: o primeiro projeto apresentado ao governo para a execução da obra foi na época em que eu estava nesta Casa juntamente com o deputado Clésio Salvaro.

Houve algumas oportunidades em Pinheiral, inclusive reuniões de grande porte, em que v.exa. discursou como deputado, ao passo que eu era um mero expectador. Agora certamente estaremos ao lado do governador entregando à comunidade uma grande obra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado deputado Dóia, e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Penso que o vereador Nivaldo Ricken, de Braço do Norte, deve estar feliz hoje porque é na comunidade de Pinheiral que ficam as empresas que geram emprego e renda e que agora estarão recebendo a obra iniciada pelo governador Luiz Henrique e terminada pelo governador Raimundo Colombo.

A via rápida será fundamental para o desenvolvimento de Criciúma e lá estaremos, por volta das 11h30, acompanhando o governador. Lá no sul, os oito parlamentares levantaram uma só bandeira: a da defesa da região. Todos os projetos que aqui entrarem para defender as regiões sul e serrana terão o meu apoio imediato, pois são as duas regiões mais pobres do estado e precisam de investimento para poder gerar emprego e renda.

Hoje no sul temos as obras de duplicação da BR-101; temos o porto de Imbituba, que é fundamental; e temos o aeroporto de Jaguaruna. Essas três obras formam o tripé do desenvolvimento da nossa região.

Então, quero dizer ao eminente deputado Kennedy Nunes que mande por escrito o que ele quer, pois o secretário imediatamente repassará R\$ 1 milhão para o hospital. Mas deixe o secretário trabalhar tranquilo e faça campanha política lá em Joinville e não desta tribuna, atirando contra o próprio governo e os próprios companheiros.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Deputado Manoel Mota, muito obrigado!

Gostaria de registrar a presença no plenário do irmão Nicolau, de Xaxim.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Plínio de Castro, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas que acompanham esta sessão, queremos saudar todas as pessoas que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e as que nos assistem pela TVAL.

Vou abordar novamente um assunto sobre o qual me manifestei na última semana, relacionado ao drama que vive a suinocultura catarinense.

Quero dizer a todos os colegas que recebemos mais um expediente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos e penso que é importante sua leitura.

(Passa a ler.)

“Ofício n. 060/2012

Concórdia, SC, 24 de maio de 2012.

A suinocultura catarinense é considerada a mais desenvolvida do País. O Estado é berço desta atividade histórica, na qual seus pioneiros, produtores, indústria e governo fizeram investimentos altíssimos para chegar ao patamar em que ora se encontra, livre de todas as doenças, com *status* internacional e o reconhecimento de Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação.

Nos últimos cinco anos, esta atividade que representa o 1º lugar do PIB Catarinense com 21,43% do mesmo. Vejam bem, o 1º lugar do PIB catarinense, está passando por inúmeras dificuldades devido à falta de mercado externo. Ano passado tivemos o pior ano da história da atividade, com um prejuízo médio de R\$ 41,00 (quarenta e um reais) por animal abatido.

Este ano, devido à baixa no valor pago pelo suíno que hoje está sendo comercializado a R\$ 1,90 o quilo tanto na agroindústria como no mercado de independentes, o aumento do custo de produção com a alta do preço do farelo de soja e do milho, devido à estiagem que enfrentamos neste ano, está insustentável, sendo um custo de R\$ 2,65 o quilo, o prejuízo por animal vendido ultrapassa os R\$ 60,00 (sessenta reais).

Inúmeros produtores estão deixando a atividade por não conseguirem mais comprar insumos para a fabricação da ração para alimentar seus animais. Com esta política, vamos conseguir manter o jovem para suceder a atividade no campo? Se hoje o produtor abandonar a atividade, o que fazer do investimento feito? Entre os que ainda devem os financiamentos das construções, quem vai assumir as dívidas?

De nada adianta termos um Estado com *status* diferenciado e um produtor endividado, sem qualidade de vida e praticamente morto com o pior preço do suíno e o maior custo de produção. No final do ano tivemos a abertura de um importante mercado, a China, no início deste ano a abertura do mercado americano, agora a liberação Argentina,

mas que não refletirá de imediato em benefício aos nossos produtores.

A exclusão dos pequenos produtores por parte das indústrias tem deixado fora do mercado muitos desses agricultores que fazem parte da agricultura familiar e que fizeram deste estado o berço da suinocultura brasileira. Ano passado, no dia 22 de junho, foi realizada uma audiência pública para reverter a situação do setor, porém de todos os encaminhamentos propostos nada foi feito pelos senhores. Para relembrar, encaminho o que foi sugerido naquela audiência e que se tratado com seriedade ainda poderá reverter a situação dos produtores.”[sic]

A associação fez várias sugestões, algumas emergenciais e outras de longo prazo. As emergenciais se referem ao mesmo documento tratado na audiência pública realizada neste plenário, com a presença de várias autoridades estaduais. As mesmas reivindicações ainda estão em pauta, porque infelizmente até hoje a audiência não teve efeito algum.

Entre as três ações emergenciais temos a isenção do ICMS interestadual de 60 dias para leitões até 30kg. Quero dizer que demos entrada, na semana passada, a uma indicação, que foi subscrita por vários deputados, solicitando ao governo de Santa Catarina essa isenção.

Fui convidado a participar, na última segunda-feira, do encontro do presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos com os secretários da Agricultura e da Fazenda para tratar dessa reivindicação. Infelizmente, por motivo de agenda não foi possível.

Quero dizer ao governador, aos secretários da Agricultura e da Fazenda, que são homens públicos trabalhando pelo bem do estado, que aguardamos com ansiedade alguma ação governamental para esta semana, a fim de aliviar um pouco a dor dos suinocultores. Essa ainda não é a solução, mas tenho certeza de que o governador se sensibilizará e haverá de isentar do ICMS interestadual por 60 dias para leitões até 30kg.

Da mesma forma, outra ação emergencial que está sendo solicitada é o apoio à implantação do programa de milho, na modalidade PEP - Prêmio de Escoamento de Produção -, para Santa Catarina. Encaminhamos esse pedido na semana passada ao governo federal, a fim de que dê um bônus ao suinocultor catarinense no valor de R\$ 8,00 por saca de milho. Estamos aguardando com ansiedade a resposta.

A terceira reivindicação dos suinocultores é a renegociação das suas dívidas.

Quero dizer a todos os suinocultores que no dia 16 de junho, sábado pela manhã, às 9h30min, estaremos com todas as associações de classe da agricultura catarinense, a Faesc, a Fetaesc, a Fetraf/Sul, com boa parte dos parlamentares deste estado e com autoridades do governo federal e estadual em São José dos Cedros. Graças a uma solicitação que aprovamos na comissão de Agricultura desta Casa, graças à determinação do seu presidente, deputado Manoel Mota, e do presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, esse evento que vai ocorrer.

Quero conclamar todos para estarmos juntos nessa audiência pública, a fim de unificarmos as nossas reivindicações e darmos uma luz não apenas para o suinocultor catarinense, mas para toda a agricultura deste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, eu não poderia deixar de falar de um assunto que é manchete em todos os jornais: Senado debate a maconha.

Como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, preciso fazer alguns registros e o primeiro é positivo, para dignificar e aplaudir a ação do movimento "Crack,

o início do fim". Trata-se de uma iniciativa muito bonita, deputada Ana Paula Lima, surgida em Blumenau, para a implantação de uma casa de triagem naquele município. Aliás, não temos esse tipo de instituição em praticamente nenhum município do estado de Santa Catarina. Uma casa onde se possa fazer uma prévia e avaliar os dependentes químicos que queiram, posteriormente, internar-se numa clínica ou numa comunidade terapêutica.

Portanto, é um belo trabalho. E neste sábado os organizadores dessa campanha realizam uma feijoada, uma galera muito esperta que está juntando forças, aglutinando forças na caminhada contra a liberação das drogas, principalmente na questão do *crack*.

O segundo registro é negativo e destina-se a lamentar a realização da Marcha pela Maconha, que aconteceu em Blumenau, deputado Padre Pedro Baldissera, e reuniu algumas pessoas, a maioria, infelizmente, adolescentes que não sabiam nem o que estavam dizendo. Saíram marchando pela rua XV de Novembro cantando: "Sou maconheiro com muito amor!" Um absurdo! Um absurdo! E isso na nossa bela Blumenau, deputado Jean Kuhlmann!

Quero trazer algumas pontuações com relação a essa proposta que, infelizmente, um grupo de juristas já aprovou e tramita agora no Senado Federal, dizendo que consumir ou guardar qualquer tipo de droga para uso próprio em pequena quantidade pode deixar de ser proibido no Brasil. A proposta será incorporada ao texto do novo Código Penal e já que foi aprovada numa comissão de juristas.

Caso essa proposta seja aprovada, o usuário não será mais encaminhado à delegacia, como é feito até o presente momento. Mas este é que é o absurdo da proposta, que diz o seguinte: "A quantidade encontrada não deve passar de uma margem de consumo para até cinco dias." Como isso vai funcionar? Essa é a proposta que, infelizmente, tramita no Senado.

Eu espero que a Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária -, que será responsável pela

elaboração da definição dessa quantidade, tenha bom senso, pois é um absurdo o que estão propondo.

O comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Araújo Gomes, diz que é impossível separar o usuário do traficante.

(Passa a ler.)

"O traficante só existe e tem lucro por causa do usuário. Um está diretamente ligado ao outro. É claro que com a liberação do uso, mesmo nas condições estabelecidas, vai aumentar a lei da oferta e da procura. Aprovar a medida é o mesmo que acabar com o trabalho de repressão ao tráfico. Estabelecer limites de consumo não funciona. O traficante vai passar a vender de pouco em pouco e não poderemos fazer nada."[sic]

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela abordagem, pois também faço parte do Fórum Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas e tinha preparado um discurso sobre esse assunto.

Nós estamos trabalhando com juristas, pensadores que, ao que parece, vivem em outro mundo. Todos nós sabemos que a Câmara dos Deputados e o Senado estão em total dissonância com a população brasileira. Eu vejo isso como absurdo, o traficante que age perto de colégios, de ambientes de concentração de jovens e crianças procura sempre portar pequena quantidade, porque se for abordado, vai declarar que é usuário e como tal será levado à delegacia, onde será feito um termo circunstanciado. Ele tem que comparecer à Justiça, ele fica com aquele registro e essa é uma forma de combater o tráfico de drogas.

Mas agora se o traficante for abordado com pequena quantidade, é muito difícil definir qual a quantidade para cinco dias de consumo de um usuário, porque há aquele em estágio terminal, que consome droga imoderadamente. Tanto é verdade, que a Justiça, para analisar e condenar, baseia-se numa série de provas para definir quem é usuário e quem é traficante.

A Polícia já conseguiu pegar, depois de tempos de investigação, um traficante com uma "peteca", mas o conjunto probatório - as testemunhas, as fotografias e as gravações - mostrou que efetivamente ele era um traficante e foi condenado.

Portanto, acho um absurdo. Entendo que a solução está na família, que deve educar a criança, mas o momento é de caos social, por isso é muito preocupante.

Percebo que a opinião de psicólogos e de padres é que a decisão deve ser da pessoa, mas o que ocorre com o traficante de pequenas quantidades é que ele trabalha próximo dos colégios e aborda os jovens num momento de tristeza, de depressão, que acabam utilizando a droga pela primeira vez e em seguida entram por esse caminho.

Assim, entendo que essa pretensa mudança no Código Penal está na contramão daquilo que queremos para melhorar a nossa sociedade.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. sempre fala com legitimidade sobre o assunto, pois é membro da Polícia Civil. E permita-me repetir o bordão, isso é uma vergonha! Daqui a pouco, por comercializar cigarro e álcool você será preso, Mas se for cocaína, *crack* ou maconha estará completamente liberado.

O procurador regional da República, Luiz Carlos Gonçalves, fala com muita propriedade sobre essa questão.

(Passa a ler.)

"Eu acho muito esquisito liberar para quem compra e punir severamente quem vende. A pessoa que vende é punida e a outra que compra não é nada. Não há compra se não há venda e não há venda se não há compra.

Agora não tem mais opção, ou é crime gravíssimo, ou não é nada.

[...]

Eu vejo a droga como um dos piores problemas da nossa civilização, principalmente essas drogas de alta potencialidade, como o *crack*, que têm

capacidade para destruir a pessoa. Não consigo ser favorável às drogas e ser indiferente. Não aceito que seja uma liberdade individual, porque essa conta volta para a sociedade em algum momento. Eu considero um cúmulo restringir cada vez mais o uso do álcool, do cigarro, mas liberarem a droga. Para mim não faz sentido."

Então, nós, que trabalhamos há muito tempo nessa área, mais de 20 anos, que temos a nossa casa de reabilitação, sabemos como as coisas acontecem. Basta ir a qualquer comunidade terapêutica do estado de Santa Catarina ou deste país e pergunta aos internos como eles se envolveram com drogas. Através do álcool e da maconha, deputado Kennedy Nunes, na maioria das vezes. A maconha é a porta de entrada para as drogas pesadas.

Dessa forma, queremos deixar aqui o nosso repúdio, a nossa indignação com esse debate que acontece no Senado, onde uma comissão de juristas aprovou essa proposta de modificação no Código Penal com esses absurdos.

Esperamos de fato que haja uma atitude de bom senso por parte do Congresso Nacional, para que possamos dar uma resposta ao combate e à prevenção às drogas em Santa Catarina e em nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o eminente deputado Maurício Eskudlark, pelo restante do tempo destinado ao PSD.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria somente de concluir o pensamento e dizer que temos acompanhado através dos jornais esse grupo de estudos que está propondo uma alteração no Código Penal e que pretende concluir esse trabalho ainda no primeiro semestre.

Parece-me, deputado Ismael dos Santos e srs. deputados, que é um grupo que trabalha na contramão do que a sociedade espera. Quando a sociedade espera maior força do estado no combate

às drogas e no trabalho policial também, querem deixar o Código Penal mais benevolente.

Temos visto grandes trabalhos, especialmente da Deic, no combate ao tráfico de drogas; temos visto grandes apreensões, pois uma das formas de frear o consumo é também atuar junto ao traficante e ao dependente, que muitas vezes vai para a delegacia, onde é feito um termo circunstanciado e são chamados os familiares, que muitos não acreditam que aquilo esteja acontecendo com seu filho.

Então, é muito importante a vigilância da família, e como a família tem falhado, a segurança pública tem atuado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Chereem, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREEM - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, assomo à tribuna na manhã de hoje para falar de um tema de extrema importância para a saúde pública, principalmente para a vida de muitas pessoas.

Sr. presidente, vou usar a data de hoje, já que estamos impossibilitados de usar o dia 6 de junho, pois estaremos no interior do estado na condução do Orçamento Regionalizado. E por que essa data? Porque é o Dia Nacional de Luta contra as Queimaduras. O deputado Antônio Aguiar é médico e sabe da importância de cada vez mais debatermos esse tema, principalmente quem teve o drama de ter a sua vida marcada com um acidente desse porte.

Quero aqui relatar algumas coisas que escrevi a respeito desse tema.

(Passa a ler.)

"Todos os anos, pelo menos um milhão de pessoas são vítimas de queimaduras no Brasil, o que nos obriga a tomar partido nesta luta, alertando e disseminando as formas de prevenção.

Os riscos estão em toda a parte. Líquidos escaldantes, fiação elétrica, produtos químicos, o próprio sol e, naturalmente, o fogo são os grandes vilões destes acidentes.

Os dados se tornam ainda mais dramáticos se pensarmos que, de cada três pessoas queimadas no Brasil, duas vítimas são crianças, que na maioria das vezes estão em ambiente doméstico e na companhia de adultos. Basta um instante de descuido e as marcas ficam para o resto da vida.

Além das cicatrizes estéticas, é preciso reconhecer as sequelas funcionais que uma queimadura costuma deixar, comprometendo a aprendizagem, dificultando a inserção laboral e, muito comumente, excluindo o cidadão da vida em sociedade.

Santa Catarina, desde o ano passado, é o estado-sede da direção nacional da Sociedade Brasileira de Queimaduras, que muito tem feito para reverter este quadro.

Além de lutar pela ampliação do número de Unidades de Queimados no Brasil, a SBQ vem capacitando profissionais de várias áreas da Saúde para que o primeiro atendimento prestado às vítimas de queimaduras seja adequado e multiprofissional, a fim de reduzir o desconforto na fase aguda e as sequelas a longo prazo.

Outra batalha na qual a SBQ se mostra incansável é pela proibição da venda do álcool líquido no Brasil, objeto também de projeto de lei de minha autoria que tramita nesta Casa.

A combustão resultante de um litro de álcool libera calor suficiente para elevar de tal forma a temperatura da pele que a destruição celular se torna irreversível. A queimadura provocada por álcool é caracterizada por um padrão tipo necrose, com a morte quase instantânea dos tecidos.

No Brasil, os acidentes causados por álcool líquido ocupam uma posição ímpar no mundo. Quase 20% do total de queimaduras são causadas por esse produto.

Na maioria dos países, ao contrário - pela venda deste inflamável ser restrita - o álcool nem ao menos é mencionado como causa de queimaduras.

Em 2002 a Anvisa proibiu o uso doméstico do álcool líquido no Brasil. O resultado é que os acidentes causados por este produto foram reduzidos em 60%.

Vejam bem: quando o álcool líquido foi substituído pelo gel nas gôndolas dos mercados, a média de acidentes com álcool caiu pela metade. Ainda assim, a indústria garantiu que comércio voltasse a ser liberado.

Como cidadão, profissional de saúde, pai de duas crianças e deputado em terceiro mandato, não posso deixar um debate de tamanha relevância passar longe desta Casa.

O álcool líquido, vendido em embalagens plásticas, com tampas de rosca que não oferecem resistência alguma para serem abertas, é um convite às explosões justamente no ambiente que as crianças julgam mais seguro: seus próprios lares.

Aqui nesta Casa também tramita outro projeto de minha autoria que beneficia as vítimas de queimaduras graves. Queremos assegurar às crianças, jovens, adultos e, em especial, aos empregados domésticos vítimas de queimaduras graves, uma assistência médica especializada, que inclua não apenas o atendimento de urgência, mas também a reabilitação física, as cirurgias plásticas reparadoras e a reabilitação psicológica necessárias para devolver a autoestima a estes pacientes.

Vamos ainda mais longe, incluindo nesse projeto o que o poder público deve assegurar aos sequelados de queimaduras graves: atendimento educacional especializado, garantias para sua reinserção no mercado de trabalho, transporte público gratuito e estacionamento prioritário em vagas públicas e garagens privadas.

As sequelas resultantes de queimaduras incapacitam total ou parcialmente suas vítimas. Não podemos mais fazer vista grossa ao impacto destes traumas no cerne de toda a família. Quando uma criança sofre uma queimadura grave, compromete todo o seu rendimento escolar em função de intervenções dolorosas e de repetidas cirurgias reconstrutivas, os pais se ausentam do trabalho, e

o tratamento para as sequelas, inevitavelmente, será de longo prazo.

Essa é a realidade. E não é mais possível que eles continuem sendo duplamente vítimas: na hora do acidente e depois, pela exclusão. É nosso dever garantir a esses pacientes a capacidade de uma recuperação plena e a expectativa de uma vida melhor.”

Volto a este tema porque como secretário de estado da Saúde muitas e muitas vezes, adentrando à Unidade de Terapia Intensiva Infantil, deparei-me com quadros perversos de queimaduras. E não há nada mais triste do que ver uma criança numa condição daquela.

Por isso, além de trazer esse tema a esta tribuna, aproveito a oportunidade para pedir apoio ao nosso projeto de lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. parlamentares, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL e que nos houve pela Rádio Alesc Digital.

Ontem tive uma noite memorável e encantadora porque participei do lançamento, em Blumenau, do livro *O Jornalismo de Moacir Pereira*, escrito pelo advogado César Pasold.

Digo que tive uma noite memorável porque às vezes temos que dar uma desacelerada no nosso cotidiano para prestar atenção e respeitar obras que são realizadas em nosso estado e que merecem ser prestigiadas. A noite foi maravilhosa, mas fiquei encantada com as falas, principalmente do jornalista Moacir Pereira, a quem já admirava e por quem sempre tive muito respeito e consideração; e também do professor e advogado, César Pasold, relatando que não se trata de uma biografia, mas de um estudo científico do

jornalista, do trabalho de Moacir Pereira no campo do jornalismo.

Disse ainda César Pasold, em seu discurso, que o jornalista Moacir Pereira é um jornalista multimídia, o único conhecido que atua em vários setores: na TV, no rádio, no jornal escrito, em blog, no Twitter e também escreve livros. Ou seja, o jornalista Moacir Pereira se destaca em seis vertentes.

Fiquei encantada com o relato desse estudo, tanto é que o escolhi como próximo livro de leitura, porque traz alguns depoimentos de personalidades, amigos do jornalista, políticos, profissionais de diversas áreas que relatam a sua convivência com Moacir Pereira.

No momento estou lendo o livro *Mauá - Empresário do Império* -, ele que desbravou o nosso Brasil, cortando, à época, estradas, construindo ferrovias com muita dificuldade. Ele foi um visionário. Tão logo acabe esse livro sobre Mauá começarei a ler esse estudo científico sobre a trajetória do jornalista Moacir Pereira.

Gostaria, ainda, srs. deputados, dentro do horário do nosso partido, sr. presidente, de falar sobre a importância da área que vai mudar as características de uma cidade, de um estado, de um país, que é a educação. Refiro-me à educação tecnológica, à educação profissional, que para um país do potencial criativo e inovador do Brasil é importantíssima e que agora recebe o devido destaque.

Desde segunda-feira, srs. parlamentares, o nosso estado recebe um dos maiores eventos na área da educação do planeta, o II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, que está reunindo na cidade de Florianópolis 24 mil pessoas no Centro Sul. Desses 24 mil participantes, temos milhares de estudantes, professores, pesquisadores, representantes de governo, sindicatos, associações e a sociedade civil organizada. Enfim, trabalhadoras e trabalhadores do nosso Brasil e de países dos cinco continentes, que convergiram para a capital do nosso estado.

Todos reconhecem a educação profissional e tecnológica como um instrumento forte e decisivo de mobilização social. Tanto é que na abertura, contamos com a palestra do ministro da Educação, nosso companheiro Aloízio Mercadante, que falou em nome da presidenta Dilma Rousseff sobre o desafio assumido pelo governo federal de tornar o Brasil uma sociedade desenvolvida.

Verificamos, srs. parlamentares, precisamos formar bons profissionais, porque houve um significativo aumento de novos postos de trabalho durante os oito anos de governo do presidente Lula e continua a crescer no governo da nossa presidenta Dilma Rousseff.

Para que isso aconteça, o governo federal estrutura e investe recursos na educação profissional e tecnológica, pois só assim aumentaremos a nossa competitividade e alimentaremos os setores estratégicos da economia brasileira e também da economia catarinense.

Os governos da presidente Dilma e do presidente Lula realizaram um esforço sobrenatural para a completa reestruturação da rede federal. Em 2002 havia apenas 140 Institutos Federais no país; em 2014 serão 562 espalhados por todos estados brasileiros. Destes, Santa Catarina tem 20 *campi* já instalados e 12 *campi* em instalação. E cito, como exemplo, o *campus* do Instituto Federal de Santa Catarina na cidade de Blumenau e o IFC no município de Gaspar.

A educação tecnológica e profissional está inserida entre as prioridades do ministério da Educação como instrumento de resgate e superação dos direitos negados a uma grande parcela da nossa população, que não teve o direito de acessar os bancos escolares. Hoje, com essa nova modalidade de cursos de formação profissional, eles poderão acessar gratuitamente um estudo de boa qualidade.

As pessoas reunidas no II Fórum Mundial criaram a possibilidade da construção de outro mundo. Um mundo pautado em ações que concorram para que os muros erguidos pelo poder econômico sejam substituídos pelos laços de cooperação,

pelos laços de integração, pelos laços de parceria.

Reconhecemos que, em oposição à lógica neoliberal, que defende um modelo único, digo aqui que outros mundos são possíveis e que é desejável tecê-los com a valorização das diferenças, com muita solidariedade, para que todas as pessoas, homens e mulheres, possam, sim, ter acesso a uma educação de qualidade.

Em nosso estado, assim como na cidade de Blumenau, defendemos uma educação concebida no resgate da cidadania plena, arquitetada na participação política de todos e de todas.

Para isso, srs. parlamentares, é necessário que os governos, tanto municipal quanto estadual, assumam a responsabilidade de assegurar cidadania às pessoas que foram excluídas durante anos e anos, garantindo uma educação pública e de qualidade.

Nós, parlamentares, também não podemos esquecer-nos que temos o compromisso de tecer uma rede alternativa na área de educação e que a cooperação do ser humano substitua o apego ao consumismo, ao individualismo, à concorrência, porque isso não pode fazer parte da nossa vida. Temos que fazer com que a educação para o trabalho se fortaleça como educação para a vida e para toda a vida.

Digo isso, porque devemos lutar pela valorização da diversidade de mundos, pois outros mundos são possíveis, não apenas um único modelo. Nós temos que assegurar lugar às capacidades locais, nas diversas instâncias. A educação vai além da escola, ela tem que reconhecer e validar outros saberes.

Por isso, quero dar parabéns mais uma vez ao governo federal, que tem incentivado e valorizado muito a educação através de eventos como II Fórum Mundial da Educação Tecnológica e Profissional, que acontece em Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) -  
Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 002/2011; 0046/2012; 0063/2012; 0084/2012; 0118/2011; 0174/2011; 0331/2011; 0388/2011; 0454/2011; 0473/2011; 0496/2011; 0581/2011; 0607/2011; 0608/2011 e 0628/2011.

Fim da Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento que solicita a suspensão da sessão, para que possamos ouvir o sr. Evandro Scaini, prefeito de Balneário do Arroio Silva.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, somente quero parabenizar a pessoa que falou sobre vinho, até porque entendo que isso, deputado Padre Pedro Baldissera, tem uma importância muito grande para a economia catarinense.

Esses dias eu estava lendo sobre o mundo dos vinhos, que é impressionante, porque há uma disputa entre os especialistas, há todo um trato. E quero parabenizar os produtores que fazem essa atividade muito importante, economicamente falando, em Santa Catarina, que merece o apoio de todos porque, com certeza, nosso estado poderá destacar-se neste ramo também.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO PADRE BALDISSERA - Sr. presidente, parece-me que estou inscrito para falar em Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O espaço de v. exa. foi cedido ao enólogo Gilson Panceri Júnior, para falar sobre o vinho catarinense.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Está certo, sr. presidente.

De qualquer forma, sr. presidente, que registrar a presença de autoridades de diversas regiões do estado ligadas à atividade vinícola: Eluisio Voltolini, secretário de Turismo de Nova Trento; Liziane Leidens Strey, secretária de Turismo de Tangará, e Giselda Trento Mazon, vice-presidente da ProGoethe, do município de Urussanga.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero parabenizar o deputado Padre Pedro Baldissera pela iniciativa de realizar no *hall* desta Casa uma mostra de vinhos catarinenses.

O vinho é um produto diferente, pois é feito mais com o coração, buscando sempre a qualidade, o produto especial e Santa Catarina destaca-se nessa produção.

Assim, a Assembleia, o governo do estado, os poderes constituídos têm a obrigação de incentivar, de incrementar o produto catarinense, que é de alta qualidade.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, também gostaria de aproveitar para cumprimentar o deputado Padre Pedro Baldissera pela iniciativa, assim como todos aqueles que estão envolvidos nessa mostra.

Eu conheço muito essa atividade que é desenvolvida na região de Urussanga. Por isso, quero cumprimentar a Giselda Mazon, que está aqui

junto com o Sérgio Maestrelli, eles que são da Associação ProGoethe.

Recentemente tive a oportunidade de participar, na condição de proponente, de uma sessão solene em Urussanga para homenagear a cidade e a região pela conquista da delimitação de área geográfica. É a primeira área geográfica deste estado conquistada pelos produtores dos municípios que integram o vale da uva e do vinho Goethe, na região de Urussanga.

Portanto, parabéns pela iniciativa. Acredito que dessa forma esse produto muito apreciado e saboroso vai ocupar melhor espaço no mercado catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar ) - Parabenizo o deputado Padre Pedro Baldissera pela iniciativa e também os representantes de todas as vinícolas que se encontram na mostra nesta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, nesta manhã de quarta-feira.

Estive até o presente momento, depois de ter ido à reunião ordinária da comissão de Finanças, na audiência pública que está acontecendo no plenarinho deste Poder, presidida pela deputada Angela Albino, que inclusive pediu para justificar sua ausência momentânea nesta sessão. A audiência trata da terceirização no Poder Judiciário de Santa Catarina e foi uma solicitação do Sinjusc - Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário de Santa Catarina -, e está sendo realizada pela comissão de Legislação Participativa.

A reflexão necessária é no sentido de que os poderes públicos, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Poder Executivo e, inclusive, o Ministério Público, estão descumprindo a Constituição Federal no que tange à contratação de servidores.

Todos sabem que a Constituição prevê a possibilidade de terceirização de setores que não são diretamente relacionados com a atribuição, com

a atividade principal da instituição ou do poder. É possível privatizar, pela Constituição Federal, por exemplo, os serviços de limpeza, de copa, de segurança, de vigilância, mas em hipótese alguma se pode privatizar função fim, a atividade principal da instituição.

Infelizmente, o serviço público de um modo geral e o Poder Judiciário especificamente não cumpre esse preceito constitucional e tem colocado servidores terceirizados e estagiários para realizar atividades e funções que deveriam ser feitas por servidores efetivos, contratados através de concurso público.

A terceirização tem sido uma forma, ao longo das últimas décadas, que o grande capital monopolista em crise encontra para precarizar as relações de trabalho. Quem é terceirizado tem menos direitos trabalhistas em geral do que os efetivados por concurso público. Então, é uma forma que o grande capital encontrou de diminuir a quantidade de recursos gastos com a força de trabalho, que é a única força capaz de produzir valor novo, riqueza nova e, portanto, de produzir lucro.

Ora, que o grande capital monopolista, que as grandes empresas privadas pensem dessa forma é compreensível. Nós combatemos a lógica da precarização em qualquer lugar, mas pode-se compreender a motivação da empresa privada quando faz isso.

Agora, no serviço público é lastimável acontecer isso, porque o objetivo não é o lucro, o objetivo é resolver problemas essenciais da população. E é mais lastimável ainda quando o poder que teria a obrigação de penalizar a empresa privada que comete a irregularidade trabalhista, acaba incorrendo no mesmo erro. É evidente que o Tribunal de Justiça deve estar prestando atenção nisso, e vai regularizar a situação. É o mínimo que se pode esperar. Mas a informação é que dentro do Tribunal de Justiça havia, inclusive, trabalhadores sem carteira assinada. É evidente que contratados por uma empresa terceirizada.

Mas o Tribunal de Justiça tem que verificar isso. Se há terceirização, o normal é que diminua a quantidade de terceirizados e aumente a quantidade de efetivos. Esse é um processo que pode ser feito a médio prazo, porque não se trata de colocar todos os trabalhadores terceirizados na rua do dia para a noite. Porque nos poderes públicos do estado de Santa Catarina, nesta Assembleia Legislativa, no Tribunal de Justiça, no Poder Executivo, no Ministério Público e, por certo, também no Tribunal de Contas há milhares de trabalhadores terceirizados.

Então, num processo de longo prazo, é preciso realizar concurso e substituir esses trabalhadores terceirizados, que estão realizando as mesmas tarefas que os efetivos, mas recebendo muito menos.

Quero falar também da greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo da Grande Florianópolis, que começou a zero hora de segunda-feira e que daqui a algumas horas vai completar 72 horas de duração.

Na maioria das vezes as greves são realizadas por motivação salarial. Essa não, essa é pela redução da jornada de trabalho. Uma causa justa, que deve servir de exemplo para o conjunto dos trabalhadores deste estado e deste país. Reduzir a jornada de trabalho é a forma de garantir melhores condições de vida e garantir maior empregabilidade para as novas gerações. Então, estão corretos os trabalhadores do transporte coletivo.

As empresas têm sido intransigentes no sentido de não aceitar esse tipo de debate. Estive na concentração da greve, próximo ao Terminal Cidade de Florianópolis, conversando com eles, na manhã de hoje, levando a minha solidariedade, o meu apoio.

É evidente que uma greve prejudica o andamento normal de uma sociedade. Aliás, se não acontecesse nada de anormal durante uma greve, nem haveria motivo para fazer greve. A greve é uma forma de pressão e isso a sociedade precisa compreender e as autoridades políticas também, porque com certeza o patrão entende e o trabalhador também.

Se uma determinada categoria realiza uma greve e não acontece nada de diferente no andamento e na organização da sociedade, pode-se chegar à conclusão de que essa categoria profissional é desnecessária.

O impacto é evidente na vida das pessoas e na vida da cidade, que engarrafa mais do que normalmente. O trânsito fica engarrafado por horas seguidas em determinados horários e isso é consequência também da greve, que agudiza o problema da falta de mobilidade urbana na Grande Florianópolis.

Lamentavelmente, necessidades essenciais talvez sejam prejudicadas por conta da greve. Agora, o trabalho normal, a vida corriqueira de uma sociedade está sendo afetada e essa é a contingência da realização da greve, essa é a importância de se ter uma política de transporte coletivo que seja minimamente decente na Grande Florianópolis e em todas as principais cidades.

É preciso ter uma empresa pública de transporte para começar a resolver esse problema da mobilidade urbana na nossa região.

Para concluir, quero elogiar, além dos trabalhadores e da população pela paciência, a postura da Polícia Militar de Santa Catarina. O tenente-coronel Araújo Gomes, comandante do 4º Batalhão, está de parabéns e creio que o cumprimento se estende à instituição no seu conjunto e ao próprio comandante-geral, coronel Nazareno, pela compreensão de que a sociedade é plural, há interesses dos patrões, dos trabalhadores e do conjunto da sociedade e todos precisam ser respeitados.

Por isso, parablenizo a postura da PM e, inclusive, ouvi uma entrevista hoje, bem cedo, do tenente-coronel Araújo Gomes falando do direito à greve, do pacifismo e da tranquilidade com que ocorre toda essa relação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) -  
Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



